manchete

Expresso

22-02-2020

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 82175

Temática: Justica
Dimensão: 1071 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/25

Moita Flores suspeito de corrupção P25

Secreto

manchete

Expresso

22-02-2020

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 82175

Temática: Justica
Dimensão: 1071 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/25

Moita Flores investigado por corrupção

Ex-autarca de Santarém é **suspeito de ter recebido €300 mil**. Diz-se vítima de "espetáculo" montado pelo MP

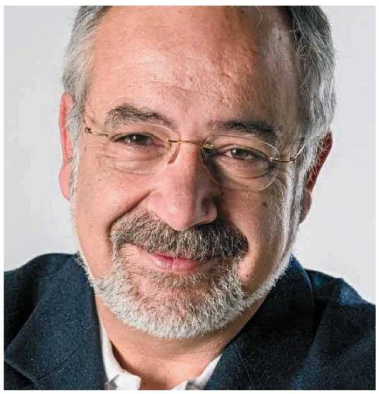
RUI GUSTAVO

A Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária (PJ) está a investigar um antigo camarada. Francisco Moita Flores, que foi inspetor desta polícia durante 12 anos, é arguido num processo de corrupção e prevaricação relacionado com factos ocorridos quando era presidente da Câmara Municipal de Santarém, eleito pelo PSD. O ex-polícia e ex-autarca, que também é escritor, guionista e comentador televisivo de casos de justiça, é acusado de ter sido corrompido com €300 mil para favorecer uma empresa — a ABB Construções — que recebeu uma indemnização de €1,8 milhões da câmara no negócio da construção de um parque de estacionamento em Santarém.

Esta semana houve buscas da PJ e do Ministério Público (MP) na sede da Antinomia, a empresa de produção de vídeo que Moita Flores tinha com a mulher, a atriz Filomena Gonçalves. No final de 2019, o MP tinha feito buscas em Braga, na sede da Luságua, outra empresa do universo ABB.

O ex-inspetor tem conhecimento do processo, que está a ser conduzido pelo DIAP de Évora, mas nega a prática de qualquer crime: "Estou a ser vítima de um espetáculo montado por uma procuradora do Ministério Público, que decidiu perseguir-me com acusações falsas, e pelo atual presidente da Câmara de Santarém, Ricardo Gonçalves, que me escolheu para desviar as atenções das promessas eleitorais que não conseguiu cumprir", assegura.

Segundo uma fonte judicial, o MP desencadeou as buscas porque considera que "importa aprofundar a investigação relativamente a operações financeiras" entre a construtora e várias organizações ligadas a Moita Flores e à sua família.



O antigo PJ diz que recebeu o dinheiro como pagamento de uma dívida dos filhos FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

As suspeitas

Segundo os indícios recolhidos pela investigação, dirigida pela procuradora Sónia Setúbal, a Câmara de Santarém, então presidida por Moita Flores, lançou em 2008 um concurso público para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Jardim da Liberdade. O concurso foi ganho pela ABB, que ficou com direito à exploração do estacionamento subterrâneo e de superfície.

Mas no final de 2009 houve "alterações contratuais" que resultaram na redução de 294 lugares do projeto inicial. Para compensar a empresa pelos lucros projetados e não ganhos, a Câmara pagou €1,8 milhões de indemnização, que a ABB recebeu logo em 2010. Em maio desse ano, a Emasisa, uma empresa do grupo ABB, pagou €300 mil à Introsys, uma firma de robótica de que Moita Flores chegou a ser presidente do conselho de administração e que é agora administrada pelo seus três filhos. Dias depois, a Introsys transferiu €250 mil para a Antinomia, uma organização de produção de vídeo fundada por Moita Flores e gerida por Filomena Gonçalves, a mulher, que também já foi ouvida no âmbito deste processo.

O MP suspeita que este circuito financeiro foi usado para corromper Moita Flores, que já foi acusado noutro processo por três crimes de prevaricação e dois de participação económica em negócio por ter "vinculado o município ao pagamento de obras realizadas ilegalmente". Em causa está o pagamento, sem qualquer tipo de concurso público, de "duas faturas, nos valores de €300 mil e €200 mil", emitidas pela construtora Machado e Filhos (entretanto declarada insolvente), de que faz parte um dos sócios da ABB.

PERFIL

Francisco Moita Flores tornou-se conhecido quando participou na operação policial que levou à detenção do bando dos Cavacos, responsável pela morte de três guardas prisionais numa fuga sangrenta da cadeia de Pinheiro da Cruz. Esteve 12 anos na PJ e tornou-se depois escritor e guionista, sendo autor de inúmeras séries, telenovelas, livros, filmes e peças de teatro. Foi presidente da Câmara de Santarém em dois mandatos e em 2009 foi condecorado pelo Presidente Cavaco Silva com a Ordem do Infante.

A resposta

"É com base nessa coincidência que o MP me pendura o crime de corrupção", defende-se Moita Flores. "A Introsys foi fundada por mim e pelos meus filhos em 2002 e eu emprestei-lhes dinheiro para começarem o negócio. Uns €400 mil, ou algo parecido. Quando fui para a Câmara, saí da empresa e mais tarde eles quiseram pagar a dívida porque precisavam de crédito junto dos bancos e a empresa não podia ter dívidas por pagar. Por isso é que a Antinomia, que também já abandonei, recebeu esses €250 mil de que o MP fala. O resto da dívida perdoámos, como é normal que os pais façam com os filhos", explica.

Em relação aos €300 mil que a Emasisa pagou à Introsys, Moita Flores garante não ter "a mais pálida ideia" a que se devem. "Eu deixei de ter qualquer ligação à empresa dos meus filhos, que entretanto se tornou uma empresa de referência na área da robótica. Estamos a falar de coisas com mais de 10 anos. Não sei porque é que receberam esses €300 mil nem tenho de saber, porque não tenho nada a ver com os negócios deles. Estão bem, e é só o que quero saber."

Este novo processo está ainda na fase de investigação e tem mais três arguidos, um dos quais António Duarte, um arquiteto da Câmara de Santarém que, segundo o MP, terá proposto as "alterações contratuais" que estiveram na origem do pagamento de €1,8 milhões de indemnização. Este arquiteto também é acusado no primeiro processo, que está agora na fase de instrução.

"Essa acusação é um disparate, como o são os processos que já foram arquivados e como será este, porque não houve corrupção e os pagamentos estão todos justificados", diz Moita Flores, que continua a apontar o dedo ao MP: "Fizeram as buscas para me deixar sem meios de defesa, porque levaram os documentos que demonstravam que havia uma dívida e que foi paga."

rgustavo@expresso.impresa.pt

NÚMEROS

1,8
milhões de euros foi quanto a Câmara de Santarém pagou à construtora ABB como indemnização pela não construção de lugares de estacionamento

300
mil euros foi quanto uma empresa do grupo ABB pagou à Introsys, empresa dos filhos de Moita Flores

250
mil euros foi quanto a Introsys pagou à Antinomia, empresa de Moita Flores e da mulher. O MP suspeita de corrupção; Moita Flores diz que é o pagamento de uma dívida dos filhos para com o pai